

POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA: UM CONCEITO EM ABERTO

PUBLIC POLICIES FOR THE BOOKS AND READING PROMOTION: AN OPEN CONCEPT

Everton da Silva Camillo^a
Claudio Marcondes de Castro Filho^b

RESUMO

Objetivo: Apresentar um conceito, inicial e disponível à ampla discussão acadêmica, para o termo políticas públicas do livro e leitura. **Metodologia:** Estudo de nível exploratório, com delineamento documental e de natureza qualitativa. Elaborou-se uma questão norteadora para guiar a leitura de 19 políticas públicas do livro e leitura de países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), recuperadas do sítio eletrônico do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) entre junho e julho de 2020. **Resultados:** As políticas públicas do livro e leitura representam um conjunto de documentos compreendidos como instrumentos políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo concreto ligados às áreas da educação e da cultura, cujo enfoque está, sobretudo, na ampla promoção da leitura, efetivada por meio de medidas voltadas ao uso da escrita, leitura, inclusão social e de abordagens sociais, culturais e econômicas. **Conclusões:** O conceito apresentado contribui para compreender, em linhas gerais, o que são as políticas públicas do livro e leitura. Logo, ele pode ser utilizado para fundamentar, analisar e avaliar pesquisas científicas que tratem das políticas públicas do livro e leitura como objeto de estudo na área da Ciência da Informação.

Descritores: Políticas públicas do livro e leitura – Conceito. Políticas públicas – Problema público.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de uma pesquisa doutoral em andamento, constatou-se, ao se desenvolver uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), uma lacuna a ser explorada no que tange às políticas públicas do livro e leitura na Ciência da

^a Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bibliotecário da Prefeitura Municipal de Cravinhos – SP. E-mail: everton.camillo@unesp.br

^b Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Informação (CI), ao menos no Brasil. A RSL realizada teve a finalidade de analisar a produção científica sobre políticas públicas do livro e leitura na CI, no país, entre os anos 2000 e 2020, e para isso buscas foram empreendidas nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Como as bases possibilitam recuperar teses e dissertações em CI, no contexto da BDTD, e artigos científicos e trabalhos de eventos também nessa área, contudo na conjuntura da BRAPCI, firmou-se esse procedimento metodológico como adequado para objetivar a revisão proposta.

Após a aplicação dos critérios de seleção, inclusão, exclusão e qualidade aos 271 trabalhos relevantes recuperados ao longo de nove buscas feitas na BRAPCI e cinco na BDTD, 19 foi o total de pesquisas que efetivamente foram incluídas na RSL. Ao longo da leitura de cada uma delas, que tem relação necessária com as políticas públicas do livro e leitura na CI no contexto brasileiro, notou-se a ausência de um conceito para o termo políticas públicas do livro e leitura que pudesse orientar possíveis leitores das pesquisas, uma vez que no conteúdo delas essa noção é inexistente.

Entretanto, de 19 trabalhos recuperados, apenas dois demonstraram o cuidado de tentar situar o leitor quanto ao que são as políticas públicas do livro e leitura. A primeira tentativa pode ser vista na produção de Silva, Bernardino e Nogueira (2012), autoras que descreveram que as políticas públicas do livro e leitura “[...] enfatizam a necessidade de novas ações que auxiliem no reconhecimento de outras práticas significativas para o aluno, como a construção do sujeito leitor.” (SILVA; BERNARDINO; NOGUEIRA, 2012, p. 21). Por outro lado, a segunda tentativa de situar o leitor quanto ao que são as políticas públicas do livro e leitura vem da pesquisa de Pinheiro (2016). O estudioso tenta explanar sua percepção quanto a isso ao esclarecer o modo de aplicação das políticas públicas do livro e leitura na sociedade. Assim, ele infere que

A aplicação das políticas públicas para o livro e leitura se dá principalmente no âmbito dos municípios, nos lugares tradicionais que lhe são conferidos, a sala de aula, em biblioteca (pública ou escolar) ou a casa, espaços alternativos, respeitando a dinâmica de cada local e dos atores que neles atuam. (PINHEIRO, 2016, p. 21).

No entanto, essas apreensões, embora sejam válidas para contextualizar as políticas públicas do livro e leitura de modo geral, não ofertam clareza quanto ao que são e objetivam instrumentos políticos como esses; assim, evidencia-se a oportunidade deste estudo. Justifica realizá-lo a importância de se ter um conceito para o termo políticas públicas do livro e leitura para fundamentar, analisar e avaliar pesquisas científicas que tratem das políticas públicas do livro e leitura como objeto de estudo no campo da CI. É importante frisar que, tendo sido avaliado 19 trabalhos brasileiros dos quais apenas dois orbitam uma possível tentativa de situar o leitor quanto àquele termo, esta pesquisa contribui para sedimentar na CI, no Brasil, uma noção cujos fenômenos inerentes a si carecem de um “endereço nocional”: o seu próprio conceito.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo apresentar um conceito, inicial e disponível à ampla discussão acadêmica, para o termo políticas públicas do livro e leitura. Para atingir esse objetivo, porém, é fundamental que algumas ações específicas sejam desempenhadas a fim de viabilizar o caminho para tanto. Logo, foi oportuno, inicialmente, esclarecer o que são as políticas públicas e, depois, compreender o que são os problemas públicos, muito imbricados e relacionados a elas. Subsequentemente, elaborou-se o conceito para o termo políticas públicas do livro e leitura ao se valer de documentos de promoção da leitura referentes a distintos países da região latino-americana.

A seguir, na seção Metodologia, são demonstradas as características metodológicas desta pesquisa e os documentos analisados para objetivá-la.

2 METODOLOGIA

O estudo realizado é de nível exploratório e seu delineamento é documental. Entende-se, a partir de Vergara (2000), que as pesquisas exploratórias são comumente realizadas nas áreas onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Foi em razão disso, tendo-se em vista o objetivo desta pesquisa, que o estudo foi caracterizado como exploratório, uma vez que se valeu efetivamente da exploração das fontes primárias de informação para, aqui, produzir evidências.

Assim, é justificável que o delineamento da investigação tenha sido documental, pois recorreu-se a 19 políticas públicas do livro e leitura oriundas de países latino-americanos para contribuir com a proposição de um conceito para o termo políticas públicas do livro e leitura. Como Gil (2008) bem elucidou, a pesquisa documental lança mão de documentos das diversas naturezas com a finalidade de se investigar cientificamente. Neste estudo, que é de natureza qualitativa, os documentos analisados, recuperados do sítio eletrônico do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) entre junho e julho de 2020, são os vistos no Quadro 1:

Quadro 1 – Políticas públicas do livro e leitura latino-americanas

País latino-americano	Política pública do livro e leitura
Argentina	<i>Plan Lectura: Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura</i>
Brasil	Plano Nacional do Livro e Leitura Política Nacional da Leitura e Escrita
Chile	<i>Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020</i> <i>Plan de Lectura “Leo Primero”</i>
Colômbia	<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura “Leer es mi cuento”</i> <i>Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Preescolar, Básica y Media</i>
Costa Rica	<i>Plan de Seguimiento de la Política Nacional de Lectura y Escritura</i>
El Salvador	<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”</i>
Equador	<i>Plan Nacional del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”</i>
Honduras	<i>Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras</i> <i>“Tiempo de Leer”</i>
Nicarágua	<i>Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura</i> <i>Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua</i>
Panamá	<i>Plan Nacional de Lectura en Panamá</i> <i>Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura</i>
Paraguai	<i>Plan Nacional de Lectura “Ñandepotyjerahua, en el Paraguay, leemos”</i>
República Dominicana	<i>Plan Nacional del Libro y la Lectura</i>
Uruguai	<i>Plan Nacional de Lectura</i>
Venezuela	<i>Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell”</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Dado que a pesquisa é de natureza qualitativa, a leitura do conteúdo de cada documento foi conduzida tendo-se em mente uma pergunta norteadora aderente à metodologia, isso devido à intenção de se produzir sentidos ideologicamente interpretáveis e não quantificáveis. O crivo sobre o qual se apoiou para coletar os dados da pesquisa, ao ler os 19 documentos, traduziu-se na seguinte questão: “O que objetiva, em linhas gerais, esta política pública do

livro e leitura?”. Assim, ao se debruçar sobre o *corpus* de análise, registrando aspectos gerais dos objetivos de cada um dos documentos, compilou-se sentidos que convergiram, ao fim, no entendimento do que pode ser proposto como um conceito inicial para o termo políticas públicas do livro e leitura.

As reflexões que antecedem a proposição do conceito são vistas logo em seguida, iniciando-se com o esclarecimento do que são as políticas públicas.

3 PARA ESCLARECER O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

A literatura especializada na área de Políticas Públicas tem contribuições científicas reconhecidas e usadas em diversos domínios de investigação no Brasil. Souza (2003, 2006), Secchi (2013) e Secchi, Coelho e Pires (2019) são alguns dos autores que introduzem conceitos importantes da área na literatura do campo em língua portuguesa no Brasil.

No caso de Souza (2006, p. 24), a pesquisadora compreende que “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Isso é previsto, inclusive, na recente obra de Secchi, Coelho e Pires (2019) assim como na de Secchi (2013). Nelas, os autores esclarecem que a indefinição da noção de políticas públicas está relacionada ao que eles chamaram de “três nós conceituais”, que, na realidade, são, como se compreendeu, pontos de divergência entre as correntes teóricas do Campo de Públicas – área de estudo formada por cerca de 250 cursos de graduação (bacharelados e tecnológicos) e de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) nas modalidades presencial e a distância oriundos do movimento de reestruturação do currículo da Administração Pública.

Indo por um outro caminho, Tietje (2018) aborda uma problemática relevante sobre as políticas públicas. Ele destaca a ação costumeira de se deparar cotidianamente com esse termo sem ao menos compreender do que ele trata. O autor refere: “Política pública é um termo frequentemente ouvido, mas infrequentemente definido.” (TIETJE, 2018, p. 106, tradução nossa). Parafrazeando, vale destacar que essa palavra é comumente ouvida nos meios de comunicação e em razão disso permanece a curiosidade quanto à ausência da formação da sua ideia no consciente coletivo, já que instrumentos políticos

desta natureza, ou seja, as políticas públicas, impactam diretamente no cotidiano das pessoas, sobretudo as em estado de vulnerabilidade social.

Talvez seja por isso que em algumas pesquisas científicas sobre políticas públicas do livro e leitura, como as produzidas por Leite e Schmidt (2000), Jambeiro, Borges e Barros (2006), Gonçalves (2007), Salciotto (2012), Silva, Bernardino e Nogueira (2012), Pinheiro (2016), Pinheiro e Almeida (2017), Sala e Militão (2018), Camillo e Castro Filho (2019), Mercês, Neves e Sales (2019) e Camillo e Castro Filho (2020c), a noção de “política pública” em si, plenamente definida, ausenta-se do âmbito das discussões, muito embora trata-se do assunto inerente a esse termo de maneira “íntima”, “abraçado” por um ideal de justiça social e bem posicionado na narrativa científica. Ao observar esse fenômeno, afirma-se que tais desdobramentos podem indicar, portanto, que “políticas públicas”, apesar de estarem presentes com frequência na comunicação em massa nos distintos veículos de informação, podem não ter compenetrado de modo satisfatório nem o imaginário social acerca do que esse termo se refere e trata nem as “redomas de certeza” nas teorias construídas por pesquisadores nos distintos campos de estudo que se valem do termo.

Em continuidade à busca do entendimento do que são as políticas públicas, dois conceitos amplamente difundidos nas pesquisas em língua portuguesa, no Brasil, são trazidos à baila por Secchi (2013) e Souza (2003). O primeiro pesquisador, Leonardo Secchi, é um autor contemporâneo nesse campo de estudos, e a segunda, Celina Souza, uma precursora. Seus conceitos são utilizados em pesquisas científicas publicadas nos diferentes campos científicos no país, como nas investigações de Queiroz Neto e Medeiros (2018) e Almeida e Gomes (2020), na área de Desenvolvimento Regional, no estudo de Lopes (2020), no campo da Administração Pública, no de Camillo e Castro Filho (2020b), na Ciência da Informação, e no de Nadal *et al.* (2021), nas Ciências Ambientais. Desta forma, no âmbito dessas pesquisas, as noções de políticas públicas propostas por Souza (2003) e Secchi (2013) traduzem o entendimento sobre o que as políticas públicas tratam de modo geral.

No caso de Secchi (2013), o pesquisador entende que “[...] uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.” (SECCHI,

2013, p. 2). Isso quer dizer que instrumentos políticos dessa natureza “materializam-se” com o fim único de alterar o atual estado das coisas no plano social, e isso pode ocorrer arraigado às várias áreas de desenvolvimento, as quais são: Saúde; Educação; Segurança; Gestão; Meio Ambiente; Saneamento; Habitação; Emprego e Renda; Previdência Social; Planejamento Urbano; Justiça e Cidadania; Economia; Assistência Social; Relações Internacionais; Cultura e Esporte; Ciência, Tecnologia e Inovação; Infraestrutura e Transportes (SECCHI, 2013; SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Souza (2003, p. 13), por sua vez, resumiu as políticas públicas

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro [...].

Percebe-se haver nessa proposição indícios de que a compreensão das políticas públicas é atravessada por questões referentes à tomada de posição, ou, se pode-se dizer assim, à ideologia e até mesmo à produção de intencionalidades. Veja o que Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 29) sugerem: a política pública é “[...] um fluxo [...] orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar [...] [a] realidade.”. Depois, o que consta em Lowi (2009, p. 21, tradução nossa): a “[...] política pública é feita quando alguma autoridade política influencia condutas por meio do uso de sanções positivas e negativas”. E, ainda, as palavras de Gaspari (2016, p. 22): a “[...] política pública é a intencionalidade de ação de governo”.

Ora, se, primeiramente, introduzir desequilíbrios para modificar a realidade, depois, influenciar condutas por meio do uso de sanções e, por fim, governar com intencionalidade nas ações não insinua haver um denso pano de fundo ideológico na resolução dos problemas públicos, então, no mínimo, sugere que as políticas públicas podem ser moldadas ao sabor da intenção de quem as formula. Note a seguinte colocação de Serra (2003). Segundo o pesquisador, embora as políticas públicas, “[...] teoricamente, representem o resultado de muitas participações [...], na prática, expressam, principalmente, as intenções e as idéias dos grupos que detêm a hegemonia política e econômica [...]” (SERRA, 2003, p. 67). Portanto, as políticas públicas, ao

deixarem o seu processo de formulação como *outputs*, ou resultados, ideologicamente concebidos e “poderosos”, devem, com sorte, atender às demandas relevantes da sociedade, o que estaria mais oportunamente em conformidade com o que Teixeira (2002, p. 3) acredita, como se lê no seguinte asserto:

[...] as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. [...] Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

Ou ainda, de acordo com o que Camillo, Castro Filho e Silva (2020, p. 148-149) acreditam, como se entende a partir do seguinte:

[...] as políticas públicas são, pois, uma possibilidade de conferir respostas à sociedade, em vista dos problemas que os cidadãos enfrentam em seus macro e micro ambientes para obter acesso pleno aos serviços das cidades, às condições mínimas de sobrevivência, à educação, cultura, saúde e renda compatível com o alto custo de vida na atual sociedade.

Portanto, isso significa dizer que as políticas públicas são instrumentos políticos que prescrevem o atendimento das necessidades de grupos de interesse e de recebedores do produto da ação pública na sociedade. Por meio delas, objetiva-se solucionar problemas públicos, que têm relevância para a coletividade, sendo que eles podem estar arrolados às inúmeras áreas de desenvolvimento. A seguir, compreende-se o que são esses tipos de problema.

4 PARA COMPREENDER A NOÇÃO DE PROBLEMAS PÚBLICOS

Vale ressaltar, neste ponto, uma máxima que se localiza no cerne da disciplina de Políticas Públicas. Trata-se de um “dito” que traduz a ineficiência da Administração Pública como pouco “resolvedora” dos problemas reais, efetivamente públicos, que significam a um massivo número de pessoas da população. Ela consiste em que os problemas públicos são considerados como tal apenas porque, por sê-los, afetam um número significativo e relevante de pessoas na sociedade. Assim, se o problema afeta a muitos, tem-se um problema público, caso contrário não o é.

Tietje (2018) mesmo entende o problema público como uma condição social. Para ele, uma “[...] condição inaceitável na sociedade é um problema público.” (TIETJE, 2018, p. 106, tradução nossa). Autores como Secchi, Coelho e Pires (2019), por outro lado, priorizaram uma abordagem mais empática para explicar os problemas públicos, muito embora não tão antagônica àquela anterior, a de Tietje (2018). Os pesquisadores inferem que para um problema ser considerado público ele deve ter claras implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas, valendo-se de uma negociação intersubjetiva. Desta maneira, o problema só pode ter caráter público quando os atores, no bojo da compreensão ajuizada entre si, o consideram uma situação inadequada e necessariamente relevante para a coletividade.

Há décadas, L. Aguilar apresentou uma definição sobre problemas públicos que destoa de maneira significativa dessas há pouco apresentadas. O pesquisador buscou demonstrá-la de modo complexo e comunicável com as agendas formais políticas, ou seja, a agenda do governo, que são conjuntos de problemas ou temas que recebem especial atenção pelo Governo, e a agenda pública, que, similar a outra, são conjuntos de problemas ou temas que recebem especial atenção, contudo pelo Público, ou os sujeitos sociais. Assim, Aguilar (1993 *apud* MONTECINOS, 2007, p. 328, tradução nossa) diz: “[...] processo pelo qual uma questão, oportunidade ou tendência, já aprovada e inserida na agenda de políticas públicas, é estudada, explorada, organizada e possivelmente quantificada pelos stakeholders [...].”

Entende-se, a partir disso, que a noção de problemas públicos se constitui, então, no entorno dos fenômenos que se formam no interior dos grupos sociais. São fenômenos que conformam um crescente, no sentido da “inflamação” dos grupos. Isso significa que à medida que os problemas públicos são externalizados por uma coletividade, eles se tornam devidamente conhecidos e, por isso, amplificados. Depois, são fortalecidos mediante o apoio de outros indivíduos, ocorrência que se deve à consolidação de uma relação em que membros da sociedade se reconhecem numa causa relacionada a uma determinada área de desenvolvimento social e por esse motivo se unem para enfrentar os problemas no meio com senso de comunidade.

Ao ver disso, percebe-se que os problemas públicos são fenômenos que afetam a uma quantidade ou qualidade considerável de pessoas na sociedade e ganham lugar de destaque nas agendas pública e de governo. Mais além, destaca-se, ainda, que qualquer fenômeno no âmbito das áreas de desenvolvimento social, quer elas sejam Saúde, Educação, Segurança, Gestão, Meio Ambiente, Saneamento, Habitação, Emprego, Renda, Previdência Social, Planejamento Urbano, Justiça, Cidadania, Economia, Assistência Social, Relações Internacionais, Cultura, Esporte, Ciência, Tecnologia, Inovação, Infraestrutura e Transportes, dentre outras, pode ser considerado um problema público caso sejam provadas as suas implicações e relevância para a coletividade social.

Assim, o pensamento se encerra ao concluir, de modo elucidativo, que enquanto as políticas públicas estão estritamente relacionadas à abrangência das áreas de desenvolvimento, os problemas públicos, por sua vez, evidenciam a necessidade para as políticas públicas serem, num primeiro momento, discutidas, depois, elaboradas e, então, implementadas. Isso se justifica pela intrínseca relação entre ambos, isto é, as políticas públicas e os problemas públicos. É dizer que são os problemas públicos, portanto, que concretizam a causa para as políticas públicas existirem.

Mediante um trabalho estatístico, de levantamento de dados de uma população, os problemas públicos conformam indicadores úteis, que possibilitam inferir sobre suas possíveis formas de resolução. É o caso do documento Retratos da Leitura (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016, 2020), que demonstra o percentual de leitores efetivos e não leitores por região do Brasil, e, nessa mesma direção, da avaliação do *Programme for International Student Assessment* (PISA), que avalia as habilidades em ciências, leitura e matemática dos estudantes com 15 anos de idade nos vários países do mundo, com vistas a poder inferir que eles estão hábeis a atuar e participar em sociedades modernas (SCHLEICHER, 2019; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2019, 2021).

Nesse sentido, vale destacar que os indicadores, na conjuntura das políticas públicas, oportunizam demonstrar a urgência da implementação

concreta de políticas públicas que versem à resolução de problemas públicos nas distintas áreas de desenvolvimento. Como as preocupações no âmbito do censo Retratos da Leitura e da avaliação PISA se relacionam com a promoção da leitura, afirma-se que os indicadores produzidos no contexto desses levantamentos influenciam, assim, a discussão, formulação e implementação de políticas públicas do livro e leitura.

Mas o que são políticas públicas do livro e leitura? Para responder a essa questão, recuperou-se e apresentou-se de modo sucinto um conjunto de políticas públicas do livro e leitura de países da Região da América Latina. Tal feito oportunizou registrar os macro objetivos verificados em cada um dos documentos. Após isso, foi possível propor um conceito para políticas públicas do livro e leitura, amparado em documento latino-americanos.

5 POR UM CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA

Para iniciar esta abordagem, resgata-se as contribuições de Ceretta (2015). A pesquisadora uruguaia entende que as políticas públicas de promoção da leitura nos países ibero-americanos passaram por um momento de impulsionamento, ou seja, elas foram estimuladas tanto pelo apoio obtido do CERLALC quanto pelo lançamento do *Plan Iberoamericano de Lectura*, ocorrido em 2004.

Camillo e Castro Filho (2020a), por sua vez, não prescrevem informações ao nível da Região Ibero-Americana, mas da Sul Americana. Em pesquisa, os estudiosos indicam que países da Região têm formulado, ao longo dos últimos anos, algumas políticas públicas federais para promover o livro e a leitura, e por esse motivo os pesquisadores elencam, em pesquisa, as seguintes nações: Argentina; Brasil; Chile; Colômbia; Equador; Paraguai; e Uruguai.

No Uruguai, em 2005, surgiu o *Plan Nacional de Lectura*, que é uma política pública subordinada à *Dirección de Educación del Ministerio de Educación y Cultura* no país. O objetivo do documento gira entorno do desenvolvimento social. De modo claro, ele consiste, sobretudo, em promover, articular e divulgar ações em favor da leitura e da escrita, entendendo-as como

ferramentas para desenvolver a inclusão social e ativar o desenvolvimento no país (URUGUAY, 2018).

No Brasil, há o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que é uma política pública com difusão a partir de 2006. Seus atores foram os Ministérios da Educação e da Cultura. Ainda, sua última atualização ocorreu em 2014, cujas alterações não são substanciais. O PNLL visa trabalhar com a leitura com a finalidade de desenvolver a sociedade e a cidadania nos brasileiros. Além disso, ele almeja antever transformações necessárias ao país a fim de que seja construído um projeto de nação baseado na organização social mais justa (BRASIL, 2006).

Em 2008, nascia na Argentina, por meio da publicação de uma resolução ministerial, o *Plan Lectura: Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura*. Essa é uma política pública do livro e leitura no país que objetiva centralizar a leitura em todos os níveis do sistema educativo argentino. É um documento que visa tal ação ao entendê-la como necessária para promover a educação ao longo da vida, a construção da cidadania responsável e a livre circulação do conhecimento no país (ARGENTINA, 2007).

A Colômbia, no que lhe toca, destaca-se por ter duas políticas públicas do livro e leitura importantes: o *Plan Nacional de Lectura y Escritura “Leer es mi cuento”* e o *Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Preescolar, Básica y Media*, publicadas, ao que tudo indica, no ano de 2011. A primeira delas visa aumentar o número de leitores e de frequência de leitura no país, sem deixar de lado a qualidade com que a leitura é realizada. Já o segundo documento versa o desenvolvimento da leitura aos alunos da educação pré-escolar, básica e média (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020a; COLOMBIA, 2012, 2018).

Posteriormente, em 2014, publicou-se no Paraguai o *Plan Nacional de Lectura “Ñandepotyjerahua, en el Paraguay, leemos”*, cuja finalidade é similar à da política pública uruguaia. Isso significa que o documento paraguaio tem como objetivo fomentar a leitura e a escrita como instrumentos efetivos do desenvolvimento cultural e econômico assim como de inclusão social no país (PARAGUAY, 2013).

No mesmo ano, a *Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020* foi anunciada no Chile. Trata-se, na verdade, de um documento atualizado em 2014. Sua sanção no país ocorreu há muito, ainda em 2007. Um dos marcos desse documento é que ele consiste numa política pública que incorpora antecedentes jurídicos e administrativos que regem o setor do livro e da leitura em todo o Chile (CHILE, 2014).

No Equador, em 2017, foi divulgado o *Plan Nacional del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”*. Ele é um documento que tem arrolado a si a premissa de que a leitura é uma prática tanto individual quanto coletiva e que é por meio dela que as pessoas adquirem habilidades para interpretar a realidade em que vivem e criam sentidos e significados sobre o seu entorno (ECUADOR, 2017).

Já no ano imediatamente posterior, isto é, em 2018, surgiram a brasileira Política Nacional da Leitura e Escrita (PNLE) e o chileno *Plan de Lectura “Leo Primero”*. A PNLE é uma política pública instituída como uma estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018). Depois, no caso do *Plan de Lectura “Leo Primero”*, este é um documento especialmente direcionado à promoção dos livros, da leitura e das bibliotecas para as crianças do ciclo da educação básica no Chile (CHILE, 2019).

Destaca-se que outros países latino-americanos podem ser incluídos na lista dos com políticas públicas do livro e leitura. Seus documentos, recuperados do sítio eletrônico do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe ([2021]), também contêm macro objetivos referentes à promoção da leitura. Desta maneira, as nações de que se fala são estas: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Venezuela.

No Panamá, há os documentos *Plan Nacional de Lectura en Panamá*, publicado em 2008, e o *Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura*, cujo ano provável de publicação é 2013. O *Plan Nacional de Lectura en Panamá* busca articular, divulgar, fortalecer, informar e promover ações em prol da leitura para crianças, jovens e adultos de todas as regiões do país, respeitando a diversidade (FORO NACIONAL DE LECTURA, 2008). O *Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura*, por sua vez, visa garantir o acesso à

cultura escrita como forma de equidade, inclusão social e desenvolvimento da cidadania no país (PANAMÁ, [2013]).

Em 2014, o documento da Costa Rica, chamado *Plan de Seguimiento de la Política Nacional de Lectura y Escritura*, foi publicado. Consta em seu conteúdo que ele nasceu como um esforço da Diretoria de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação Pública para criar, divulgar e posicionar uma política nacional voltada para a promoção do desenvolvimento da leitura e da escrita da comunidade educacional do país (COSTA RICA, 2014).

Em 2016, Honduras publicou o seu *Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de Leer”*. Esse é um documento que tem como objetivo fortalecer a promoção da leitura em bibliotecas públicas. Ele visa, também, ao fomento de hábitos de leitura às crianças e jovens. Objetiva, ao fim, desenvolver no território hondurenho um projeto nacional igualitário, participativo e democrático, cuja finalidade seja a obtenção de níveis educacional e cultural mais elevados pelos cidadãos do país (HONDURAS, [2016]).

Na Nicarágua, por sua vez, dois documentos se destacam. O primeiro é o *Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura*, cujo ano de publicação foi 2005 (NICARAGUA, 2005). Nesse mesmo período, houve a elaboração do *Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua*, a segunda política pública do país (PLAN NACIONAL DE LA LECTURA DESDE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE NICARÁGUA, 2005).

O objetivo do *Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura* é formar leitores que entendam a leitura como uma prática voluntária tanto para se informar quanto para o desfrute, visando que eles se tornem leitores autônomos e críticos (NICARAGUA, 2005). No caso do *Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua*, seu propósito é destacar o papel que as bibliotecas públicas exercem na sociedade. E deseja-se realizar isso ao promover os livros e a leitura para a formação nos domínios cultural, educacional, econômico, político e social da vida das pessoas no país (PLAN NACIONAL DE LA LECTURA DESDE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE NICARÁGUA, 2005).

Na República Dominicana, em 2016, publicou-se o *Plan Nacional del Libro y la Lectura*. Seu objetivo geral tem diferentes ênfases. Ele se resume a

promover a cultura como um meio para enfrentar a pobreza e a ignorância. Na sequência, ambiciona combater o niilismo em evidência no país e ainda deseja iniciar ações regulatórias para construir um novo modelo de cidadania cultural na República Dominicana (REPÚBLICA DOMINICANA, 2016).

Em 2017, surge em El Salvador a política pública chamada *Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”*. Esse documento, cuja conceituação foi feita pela Coordenação da Rede de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura da Presidência da República do país, tem como objetivo transformar as Bibliotecas Públicas em espaços de leitura e escrita comunitária de forma a promover o direito ao acesso à leitura (EL SALVADOR, 2017).

No ano seguinte, 2018, contudo na Venezuela, o documento *Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell”* foi publicado. Essa política pública é um projeto nacional que busca promover os autores venezuelanos, formar leitores e impulsionar o setor do livro no país. Seu objetivo geral diz respeito a aumentar a população leitora no país, fortalecer a identidade nacional e formar nos cidadãos um pensamento crítico e anti-hegemônico (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2018).

Após tantas elucidações, notou-se, de maneira importante, que os documentos vistos até este ponto se enveredam por rotas paralelas a fim de chegarem ao mesmo objetivo, que é o de promover os livros e a leitura. Isso significa que cada documento detém compreensões próprias sobre como promover esses elementos, lançando mão, portanto, de recursos e estratégias diversos, que exprimem concepções distintas, mas convergentes, sobre a promoção da leitura. Neste caso em específico, a evidenciação das compreensões latino-americanas sobre a promoção da leitura em suas políticas públicas caracteriza, senão, um discurso dos vários estados latino-americanos quanto ao que eles compreendem ser a promoção da leitura, dado que as políticas públicas recuperadas e elencadas há pouco enquadram-se no bojo das políticas estadocêntricas, que é uma abordagem que demonstra que uma política pública o é assim considerada apenas se for produto dos esforços dos atores estatais para resolver problemas públicos (SECCHI, 2013).

Compreende-se que cada documento carrega consigo intencionalidades particulares expressas por meio de objetivos específicos próprios, sendo que cada conjunto de objetivos específicos, em cada documento, mesmo que diverjam entre si, incorrem num único objetivo geral, que trata de promover o livro e a leitura no contexto nacional. Sendo assim, percebeu-se que as políticas públicas do livro e leitura abordadas há pouco idealizam, entre um documento e outro, o seguinte: a construção da cidadania; a formação de leitores; o desenvolvimento da leitura; o desenvolvimento da escrita; a inclusão social; o desenvolvimento econômico do país; a aquisição de habilidades para interpretar o mundo; a elevação dos níveis de educação e cultura; o impulsionamento do setor do livro; o fortalecimento da identidade nacional (Figura 1).

Figura 1 – Metas de políticas públicas do livro e leitura



Fonte: Elaborada pelos autores.

Baseado nisso, pode-se considerar que um conceito inicial para o termo políticas públicas do livro e leitura é este: as políticas públicas do livro e leitura representam um conjunto de documentos compreendidos como instrumentos

políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo concreto ligados às áreas da educação e da cultura, cujo enfoque está, sobretudo, na ampla promoção da leitura, efetivada por meio de medidas voltadas ao uso da escrita, leitura, inclusão social e de abordagens sociais, culturais e econômicas – noção que encerra esta seção da pesquisa e encaminha suas considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa finda com a conclusão de que o objetivo do estudo foi atingido. Para tanto, foi oportuno esclarecer teoricamente que as políticas públicas e os problemas públicos relacionam-se intrinsecamente. Assim, as políticas públicas são propostas em função da ocorrência de problemas no cenário social, como o referente à leitura, que motivou estes pesquisadores a apresentarem um conceito para o termo políticas públicas do livro e leitura.

Desta forma, o conceito apresentado, que é o de que as políticas públicas do livro e leitura representam um conjunto de documentos compreendidos como instrumentos políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo concreto ligados às áreas da educação e da cultura, cujo enfoque está, sobretudo, na ampla promoção da leitura, efetivada por meio de medidas voltadas ao uso da escrita, leitura, inclusão social e de abordagens sociais, culturais e econômicas, contribui para compreender, em linhas gerais, o que são as políticas públicas do livro e leitura. Logo, ele pode ser utilizado para fundamentar, analisar e avaliar pesquisas científicas que tratem das políticas públicas do livro e leitura como objeto de estudo na área da CI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Atores, recursos e interesses na formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *In*: SILVA, M. A. R.; ALMEIDA, L. A. (org.). **Sociedade, políticas públicas e desenvolvimento: pluralidade e diálogos possíveis**. Palmas: EDUFT, 2020. p. 26-43. *E-book*. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/2446/1/Sociedade%20pol%C3%ADticas%20e%20desenvolvimento.pdf#page=26>. Acesso em: 08 out. 2021.

ARGENTINA. Ministerio de Educación. **Resolución Ministerial nº 707/2008, de 17 de junho de 2008**. Plan Lectura: Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura. Buenos Aires: 2007. Disponível em: <http://planlectura.educ.ar/wp-content/uploads/2014/06/RESOL1044.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. **Institui a Política Nacional do Livro e Escrita**, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília: 2006. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/08/2006&jornal=1&pagina=18&totalArquivos=128>. Acesso em: 08 out. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás? **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-23, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e68384/43015>. Acesso em: 09 maio 2020.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, 2020b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/156416>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2020c. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138095>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 340-358, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1337/1189>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.; SILVA, B. D. O. A PNLE frente ao documento “Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas”: análise e considerações. In: SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. (org.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020. p. 141-167. *E-book*. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/32>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CERLALC). **Planes y políticas**, [2021]. Disponível em: <https://cerlalc.org/legislation/?area-trabajo=lectura-y-bibliotecas&content-name=Planes%20y%20Polit%C3%ADcas&a=Leitura%20e%20bibliotecas>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CERETTA, M. G. Competencias en información en el marco del Plan Nacional de Lectura de Uruguay: acciones para la inclusión social. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1893>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CHILE. Consejo Nacional de la Lectura y las Artes. Consejo Nacional del Libro e la Lectura. **Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020**. Santiago: Consejo Nacional de la Lectura y las Artes; Consejo Nacional del Libro e la Lectura, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.gob.cl/wp-content/uploads/2014/08/politica-libro-lectura-2015-2020.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CHILE. Ministerio de Educación. **Plan de Lectura “Leo Primero”**, 2019. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2019/01/165_Plan_Leo_Primer_Chile.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

COLOMBIA. Ministerio de Cultura. **Leer es mi Cuento: Plan Nacional de Lectura y Escritura. Que es Leer es mi Cuento?**, 2018. Disponível em: <http://www.mincultura.gov.co/leer-es-mi-cuento/Paginas/leer-es-mi-cuento.aspx>. Acesso em: 07 mar. 2021.

COLOMBIA. Ministerio de Cultura. **Plan Nacional de Lectura y Escritura “Leer es mi Cuento”**. 2012. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/33_Plan_Lectura_Cultura_Colombia.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

COSTA RICA. Ministerio de Educación Pública. **Plan de Seguimiento de la Política Nacional de Lectura y Escritura**. [S. l.]: Ministerio de Educación Pública, 2014.

ECUADOR. Ministerio de Cultura y Patrimonio. **Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de Cuadra”**. 2017. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/42_Plan_Nacional_Lectura_Ecuador-1.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

EL SALVADOR. Secretaría de Cultura de la Presidencia. **Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”**. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/43_Plan_Nacional_Lectura_y_escritura_El_Salvador.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

FORO NACIONAL DE LECTURA. **Plan Nacional de Lectura en Panamá**. Panamá: [S. n.], 2008. Disponível em: <https://docplayer.es/amp/8996998-Foro-nacional-de-lectura-plan-nacional-de-lectura-en-panama.html>. Acesso em: 08 out. 2021.

GASPARI, E. Políticas públicas e intencionalidade. In: CHRISPINO, A. (org.). **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 15-56.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. B. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolas da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). **Biblos**, Rio Grande, v. 20, p. 245-256, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/735/226>. Acesso: 07 out. 2020.

HONDURAS. Dirección Ejecutiva de Cultura y Artes. **Plan de Formación en Promoción de la Lectura en Honduras “Tiempo de Leer”**. [S. l.]: Dirección Ejecutiva de Cultura y Artes, [2016].

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. [S. l.: s. n.], 2016. 142 slides. Disponível em: https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2018/02/1-Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_4.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. [S. l.: s. n.], 2020. 152 slides. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; BARROS, S. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 152-163, set. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95155>. Acesso em: 08 out. 2020.

LEITE, S. A. S.; SCHMIDT, L. V. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-30, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/63208>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LOPES, T. F. S. **O papel do poder judiciário no ciclo de políticas públicas**: um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho do TST. 2020. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Escola de Direito e Administração Pública, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2020.

LOWI, T. **Arenas of power**. United States: Paradigm Publishers, 2009.

MERCÊS, D. P. B.; NEVES, B. C.; SALES, M. A. O incentivo à leitura na

educação básica, a partir do PNBE. **Revista P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 88-103, 2019. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122870>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MONTECINOS, E. E. M. Límites del enfoque de las políticas públicas para definir un “problema público”. **Cuadernos de Administración**, Colombia, v. 20, n. 33, jan./jun. 2007. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=20503314>. Acesso em: 05 dez. 2020.

NADAL, K.; KUASOS, M.; MASCARENHAS, L. P. G.; MAGANHOTTO, R. F.; DOLIVEIRA, S. L. D. Políticas públicas ambientais: uma revisão sistemática. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, Aracaju, v. 12, n. 1, p. 680-690, 2021. Disponível em:
<http://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2021.001.0054/2491>. Acesso em: 08 out. 2021.

NICARAGUA. Consejo Nacional del Libro y la Lectura. **Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura**. [S. l.]: Consejo Nacional del Libro y la Lectura, 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **PISA 2018 Results: combined executive summaries**. [S. l.]: OCDE, 2019. Disponível em:
https://www.oecd.org/pisa/Combined_Executive_Summaries_PISA_2018.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **What is PISA?**, 2021. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PANAMÁ. Ministerio de Educación. **Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura**. Ciudad de Panamá: Ministerio de Educación, [2013]. Disponível em: https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/51_Plan_Nacional_Promoci%C3%B3n_Lectura_Escritura_Panam%C3%A1-1.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

PARAGUAY. Ministerio de Educación y Cultura. **Plan Nacional de Lectura “Ñandepotyjera haña, en el Paraguay, leemos”**. 2013. Disponível em:
https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/52_Plan_Nacional_Lectura_Paraguay-1.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo**. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10052017-091316/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PINHEIRO, R. Q.; ALMEIDA, M. A. A participação social na construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. p. 1-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125204>. Acesso em: 07 out. 2020.

PLAN NACIONAL DE LA LECTURA DESDE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE NICARÁGUA. **Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua**. [S. l.: s. n.], 2005.

QUEIROZ NETO, E.; MEDEIROS, J. V. F. G. Economia solidária como política pública: um olhar para ampliação e consolidação da agricultura familiar. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/797/598>. Acesso em: 08 out. 2021.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Instituto Autónomo Centro Nacional del Libro. **Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell”**. [S. l.]: Instituto Autónomo Centro Nacional del Libro, 2018.

REPÚBLICA DOMINICANA. Ministerio de Cultura. **Plan Nacional del Libro y la Lectura**. Santo Domingo: Dirección General del Libro y Lectura, 2016.

SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 1842-1861. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1324/1529. Acesso em: 16 out. 2020.

SALCIOTTO, T. L. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 2/3, p. 122-132, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21295>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SCHLEICHER, A. **PISA 2018**: insights and interpretations. [S. l.]: OCDE, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos

práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SERRA, E. D. Políticas de promoção da leitura. *In*: RIBEIRO, V. M. (org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003. p. 65-85.

SILVA, M. B.; BERNARDINO, M. C.; NOGUEIRA, C. R. Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 20-46, abr. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86157>. Acesso em: 07 out. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743>. Acesso em: 31 out. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. [S. l.]: [S. n.], 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

TIETJE, L. Why bother teaching public policy analysis. **Journal for the Advancement of Educational Research International**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?q=public+policy&id=EJ1209445>. Acesso em: 18 nov. 2020.

URUGUAY. Ministerio de Educación y Cultura. Dirección de Educación. **Plan Nacional de Lectura**. 2018. Disponível em: <https://plandelectura.mec.gub.uy/innovaportal/v/34683/44/mecweb/objetivos?3colid=34671&breadid=34671>. Acesso em: 08 mar. 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

PUBLIC POLICIES FOR THE BOOKS AND READING PROMOTION: AN OPEN CONCEPT

ABSTRACT

Objective: To present a concept, initial and available for a wide academic discussion, for the term public policies for the books and reading promotion. **Methodology:** It is an exploratory level study, with a documentary design and qualitative approach. One guiding question was prepared to guide the reading of 19 public policies for the books and reading promotion of Latin American countries (Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Ecuador, Honduras, Nicaragua, Panama, Paraguay, Dominican

Republic, Uruguay, and Venezuela). They were retrieved from the website of the Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) between June and July 2020. **Results:** Public policies for the books and reading promotion represent a set of documents understood as political instruments that aim to solve public problems in the concrete world linked to the fields of education and culture, whose focus is mainly on the broad promotion of reading, carried out through measures aimed at the use of writing, reading, social inclusion and social, cultural, and economic approaches. **Conclusions:** The concept helps to understand, in general terms, what are the public policies for the books and reading promotion. Therefore, it can be used to support, analyze, and evaluate scientific studies that addresses public policies on the books and reading promotion as an object of study in the area of Information Science.

Descriptors: Public policies for the books and reading promotion – Concept. Public policy – Public problem.

POLÍTICAS PÚBLICAS DEL LIBRO Y LA LECTURA: UN CONCEPTO ABIERTO

RESUMEN

Objetivo: Presentar un concepto, inicial y disponible para una amplia discusión académica, para el término políticas públicas del libro y la lectura. **Metodología:** Estudio de nivel exploratorio, con diseño documental y de carácter cualitativo. Se elaboró una pregunta orientadora para orientar la lectura de 19 políticas públicas del libro y lectura de países latinoamericanos (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Ecuador, Honduras, Nicaragua, Panamá, Paraguay, República Dominicana, Uruguay y Venezuela), recuperada del sitio web del Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) entre junio y julio de 2020. **Resultados:** Las políticas públicas del libro y la lectura representan un conjunto de documentos entendidos como instrumentos políticos que apuntan a resolver problemas públicos en el mundo concreto vinculados a los ámbitos de la educación y la cultura, cuyo foco está, sobre todo, en la promoción amplia de la lectura, llevado a cabo a través de medidas dirigidas al uso de la escritura, la lectura, la inclusión social y los enfoques sociales, culturales y económicos. **Conclusiones:** El concepto presentado ayuda a comprender, en términos generales, qué son las políticas públicas del libro y la lectura. Por tanto, puede ser utilizado para fundamentar, analizar y evaluar investigaciones científicas que aborden las políticas públicas del libro y la lectura como objeto de estudio en el área de la Ciencia de la Información.

Descriptores: Políticas públicas del libro y la lectura – Concepto. Política pública – Problemas públicos.

Recebido em: 30.11.2021

Aceito em: 15.10.2022